

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA OITO DE JANEIRO DE 2007:

No dia oito de Janeiro do ano de dois mil e sete, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram os Srs. Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, a fim de se realizar a primeira Reunião Ordinária desta Câmara Municipal.

Estiveram presentes para secretariar, a Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, Dr.ª Maria Mavilde Gonçalves Xavier, a Chefe da Divisão Administrativa, Dr.ª Helena Maria Cardoso Jerónimo Rodrigues e a Chefe de Secção, Maria Aida Terrão Carvalho Vaz.

Ainda estiveram presentes, os Directores dos Departamentos Sócio – Cultural, Dr. Eleutério Manuel Alves e de Obras e Urbanismo, Eng.º Victor Manuel do Rosário Padrão, os Chefes das Divisões, de Urbanismo, João Pedro Gradim Ribeiro, de Transportes e Energia, Eng.º Orlando António de Sousa Gomes, de Saneamento Básico, Eng.º João Carlos Garcia Rodrigues Praça, da Financeira, Dr.ª Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, da Cultural e Turismo, Dr.ª Alice de Fátima Monteiro Martins e da Defesa do Ambiente, Dr. João Maria da Rocha Peixoto Cameira.

Eram nove horas, quando o Sr. Presidente, declarou aberta a reunião.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Sr. Presidente

IP4 – VILA REAL (PARADA DE CUNHOS) / BRAGANÇA (PONTE INTERNACIONAL DE QUINTANILHA) – ESTUDO PRÉVIO

O Sr. Presidente informou ter sido recebida comunicação da EP – Estradas de Portugal, ofício de 14 de Dez. de 2006, e que remete para a Câmara o traçado das soluções que irão ser submetidas a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) até ao final de 2006, e em que informa terem sido considerados os comentários propostos pela Câmara Municipal (a coberto dos ofícios n.º 8913 e 04122 de 2006.10.13 e 2006.10.27).

Na sequência desta comunicação, o Sr. Presidente informou o seguinte:

“Lembro que as nossas principais preocupações se referiam à manutenção de um número de nós igual ao existente, acrescido de um novo nó no acesso à cidade e que garantisse uma nova entrada, e de outro na zona de Mós, para servir a zona industrial em desenvolvimento entre as aldeias de Mós e Sortes e uma melhor ligação à parte Sul/Nascente do concelho; a construção de uma estação de serviço entre os nós de Rossas e o de Rio Frio. Quanto ao traçado mais próximo da cidade, está garantido um adequado equilíbrio, entre o que são os interesses de crescimento e a necessária proximidade.

Aproveito para salientar ser oportuno destacar que a última década ficou marcada por promessas e desilusões relativamente à concretização e evolução do Plano Rodoviário Nacional no distrito. O país está infra estruturado, o litoral dispõe até de auto-estradas em paralelo, muito próximas, uma com portagem, outra sem portagem.

Só o Distrito de Bragança não conheceu a revolução do asfalto, apesar de em Bragança, O Primeiro-Ministro, Eng.º António Guterres, ter prometido “pôr Bragança no mapa”; o Primeiro-Ministro Dr. Durão Barroso ter considerado o IP4 como um “remédio fora de prazo” que, em vez de curar, pode matar; o Ministro das Obras Públicas, Prof. Valente de Oliveira ter garantido em 2002 à AMTAD (Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro), que a auto-estrada ligaria a Quintanilha no ano de 2010.

As perspectivas de construção da auto-estrada no distrito pareciam longínquas, já que no início do ano de 2004, o Secretário de Estado das Obras Públicas afirmava, que a decisão de inclusão do troço da A4 entre Bragança e Quintanilha no Plano Rodoviário Nacional estava dependente da avaliação do tráfego, enquanto que a nossa reivindicação sempre se apoiou em princípios de estratégia de desenvolvimento e de coesão territorial, e por isso tratar-se em primeiro grau de uma decisão política.

Não é assim de estranhar que as posições tenham “endurecido”, salientando um estrato de uma das muitas notícias que foram publicadas nos últimos anos sobre as acessibilidades em Trás-os-Montes e Alto Douro. Jornal

Informativo de 4 de Out. de 2004. “ Jorge Nunes que já começava a desesperar devido ao facto de o Governo não tomar uma decisão ... chegou mesmo a afirmar que os deputados eleitos pelo distrito deveriam votar contra o Orçamento de Estado, e a população boicotar os próximos actos eleitorais ...”

Aproveitou para fazer uma síntese dos principais momentos, acções e actividades promovidas na luta pela construção de adequadas acessibilidades na região, em que a Câmara Municipal e o seu Presidente estiveram activamente envolvidos, transcrevendo-se partes das acções ou intervenções do presidente da Câmara Municipal, centradas no eixo rodoviário fundamental de ligação entre o Norte de Portugal e o Norte e Centro da Europa, pela fronteira de Irun, o corredor do IP4/A4.

- Discurso de tomada de posse a 6 de Janeiro de 1998 ... “ em nada nos favorece a actual política configurada no plano rodoviário, de marginalização relativamente ao eixo Lamego-Vila Real-Chaves, nem sequer o facto de Bragança poder vir a ser a única capital de distrito que fica de fora do mapa das auto-estradas ... Bragança que durante séculos deu muito de si ao país ... tem de ser olhada com mais carinho e vontade política”.

- Deliberação da Câmara Municipal em reunião de 22 de Junho de 1998, em que foi aprovada moção enviada ao Primeiro-ministro, na qual se solicitou que a construção da ponte de Quintanilha e acessos fossem construídos com perfil de auto-estrada, por a prazo ser inevitável a duplicação do IP4, tal como estava já a acontecer com outros IPs.

- Intervenção a 26 de Junho de 1998, sob o tema desenvolvimento regional ... “ é essencial reivindicar a duplicação do IP4, começando por executar desde já a travessia em Quintanilha com perfil de auto-estrada, já que esta via representa o principal corredor de ligação do Norte de Portugal ao Centro e Norte da Europa.”

- Visita a Bragança a 9 de Novembro de 1998, do Ministro da Economia ... “ o novo plano Rodoviário ao excluir o distrito de Bragança do mapa de auto-estradas, deixa-nos cada vez mais fragilizados ... é no campo das acessibilidades que se resolve definitivamente o desencravamento das áreas económicas mais desfavorecidas ...o troço do IP4, Bragança-Quintanilha, avança muito lentamente, com a agravante de nas duas pontes em construção,

não ter sido considerado o alargamento do tabuleiro para perfil de auto-estrada ... garantindo assim, que num futuro próximo a via pudesse vir a ser duplicada.”

- Cerimónia em Bragança a 4 de Fevereiro de 1999 por parte da Comissão executiva do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular ...” o espaço de fronteira Hispano-Português, no distrito de Bragança, tem vindo a ser considerado como espaço fronteiriço subdesenvolvido, especialmente impermeável em termos de vias de comunicação... “

- Visita a Bragança a 4 de Julho de 1999, de Sua excelência o Primeiro-ministro ... “ o distrito de Bragança é na Península Ibérica dos espaços mais encravados, revelando preocupantes estrangulamentos de articulação interna e de acessibilidades externas. A conclusão do IP4, a sua duplicação ...”.

- Visita a Bragança a 22 de Outubro de 1999, de Sua Excelência o Presidente da Republica ... “ somos optimistas, temos vontade de vencer, pretendemos transformar uma periferia numa centralidade ... para tanto bastará que a Administração Central acelere a construção das acessibilidades no distrito, conferindo a algumas, já, o perfil de auto-estrada ... Bragança-Puebla de Sanábria e ligação a Quintanilha.”

- Assinatura do Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Norte de Portugal / Castela e Leão, em Bragança a 19 de Janeiro de 2000 ... “ exigimos que durante o III QCA, o IP4 seja duplicado até Quintanilha ... não compreendemos que o traçado e perfil da EN 122 Zamora/Quintanilha não seja rapidamente transformado em Autovia ...”.

- Fórum sobre desenvolvimento local nos municípios de fronteira, realizado a 21/22 de Março de 2000, em Bragança pela Fundação Rei Afonso Henriques ... “ o distrito de Bragança é o único do país que não terá um único Km de auto-estrada. Não me posso conformar com esta situação pelo que tem de ser exigida a construção dos acessos e ponte internacional de Quintanilha como o primeiro troço de auto-estrada no distrito.”

- Visita a Bragança a 19 de Agosto de 2000, de Sua Excelência o Primeiro-ministro ...” o IP4 tem de ser encarado como canal rodoviário natural e estruturante da região, ligando o Norte de Portugal ao Centro e Norte da Europa, não podendo ser secundarizado face à Autovia A52 ...”.

- Discurso de tomada de posse a 7 de Janeiro de 2002 ...” temos pois, apesar de uma fraca representatividade politica, que encontrar os meios para que democraticamente as nossas reivindicações adquiram eficácia e que se concretize uma politica diferente que garanta ... a transformação do IP4 em auto-estrada a executar em regime de SCUT ...”.

- Audiência a 5 de Junho de 2002 com o senhor Ministro das Obras Públicas, em representação de Sua Excelência o Primeiro-ministro, em que estive presente, na qualidade de presidente da Assembleia Geral da Associação de Utilizadores do IP4 e em que foi entregue uma petição pela construção da A4/ baixo assinado com alguns milhares de assinaturas.

- Ofício 4840 de 1 de Julho de 2002, através do qual se enviou a Sua Excelência o Primeiro-ministro, um documento sobre acessibilidades no distrito de Bragança, subscrito por treze presidentes de Câmara Municipal (12 Câmaras do distrito de Bragança e Câmara de Vila Nova de Foz Côa), documento igualmente entregue ao Ministro das obras Públicas em 28/06/2002, que acerca da construção da A4 referia ...” troço Vila Real / Quintanilha, com programação imediata da continuação da A4, em regime de SCUT...”

- Conclusões do III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro realizado em Bragança a 26/27 /28 de Setembro de 2002 ...” é essencial à coesão regional a resolução do problema das acessibilidades, tanto inter como intra-regionais, pressuposto essencial do desenvolvimento da região. O país tem sofrido, nos últimos anos, uma “ revolução do asfalto” de que a região ainda pouco beneficiou. Exige-se do governo a concretização, até ao final do QCA III, dos eixos viários IP3, IC5, IC26, IC34 e IP2 com ligação à Puebla de Sanábria.

A par destas vias é urgente dar início à construção da auto-estrada Amarante Quintanilha”.

- Reunião da Assembleia Intermunicipal da AMTAD (Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro) em Murça, a 18 de Outubro de 2002, com sua Excelência o Ministro das Obras Públicas sob o tema das acessibilidades, em que foi discutido e entregue documento reivindicativo com as prioridades de investimento em estradas aprovado em Assembleia Intermunicipal realizada a 26/01/2001 no qual se exigia no que à A4 diz

respeito...”construção da A4 de Amarante à fronteira de Quintanilha, a lançar em regime de circulação sem cobrança para o utilizador ...”.

- Por Decreto – Lei n.º 306/2002 de 13 de Dezembro, o Governo de Durão Barroso, cria a concessão designada por “IP4 – Amarante –Vila Real” - para concepção, construção, financiamento, exploração e manutenção, com cobrança de portagem aos utentes

- Visita a Bragança a 24/25 de Março de 2003, da Comissão de Obras Públicas Transportes e comunicações da Assembleia da República ...” o tráfego internacional de mercadorias com origem/destino no Norte de Portugal, ocorre em 56% por rodovia. Bragança estará cada vez mais na rota de passagem desse tráfego ... exige-se a calendarização da construção da A4 até Quintanilha”.

- Visita a Bragança a 15 de Setembro de 2003, de Sua Excelência o Primeiro-ministro ... “ desencravar o distrito de Bragança, combater o despovoamento, exige acelerar o processo de desenvolvimento económico, mais vontade política, mais investimento público ... a construção de vias estruturantes do território, IP2, IC5 e A4 até Quintanilha “.

- Visita a Bragança a 31 de Janeiro de 2004, de Sua Excelência o Primeiro-Ministro ...” a segunda reflexão, tem a ver com a solidariedade nacional que sempre deveria funcionar em dois sentidos, ... mas nas últimas décadas, não foi assim com o Nordeste Transmontano, em particular com o distrito de Bragança, ainda arredado de muitos benefícios, como por exemplo a rede de auto-estradas “.

- Visita a Bragança a 10 de Junho de 2004, de Sua Excelência o Presidente da República e Primeiro-ministro ... “ são conhecidos os baixos níveis de desenvolvimento social e económico a par do declínio demográfico de Trás-os-Montes. O distrito de Bragança é, na Península Ibérica, o espaço mais encravado, com graves problemas de acessibilidades internas e de ligação às redes estruturantes ... Bragança continua a ser o único distrito do continente sem um único Km de auto-estrada”.

- Primeiro-Ministro, Pedro Santana Lopes, anunciou no final da reunião de conselho de ministros, realizada em Coimbra, a 30 de Setembro de 2004, a inclusão no Plano Rodoviário Nacional, da ligação por auto-estrada entre Vila

Real e Bragança, com a indicação de que o mais tardar em 2006 seria iniciada a construção, reiterando que as populações do interior são “gente da mesma pátria, cidadãos do mesmo Portugal”.

- Jornal “O Público” de 1 de Out. de 2004 - ... “a decisão do governo de avançar com a auto-estrada até Bragança foi recebida com regozijo na cidade.

O Presidente da Câmara, Jorge Nunes, que recentemente tinha ameaçado o Governo com um boicote eleitoral se as promessas não fossem cumpridas, mostra-se agora bastante satisfeito, considerando que se trata de uma “decisão histórica”.

- Reunião do Conselho de Ministros, em Bragança a 11 de Novembro de 2004, dia em que foi publicado em Diário da Republica o concurso para o estudo prévio de construção da auto-estrada Vila Real - Bragança, e o Ministro das Obras Públicas António Mexia, se referiu ao IP4/A4 como uma via de importância estratégica e promete revolução nas acessibilidades no distrito de Bragança, propondo-se investir 800 milhões de euros, garantindo a conclusão da A4, IP2 e IC5 em cinco anos, ou seja até 2010.

- Discurso de tomada de posse a 26 de Outubro de 2005 ...” compete-nos exigir de forma mais enérgica junto do governo, vontade e políticas efectivas de eliminação das barreiras físicas ...”.

- Auto-estrada do corredor da E82 Porto-Bragança-Zamora-Tordesilhas – pela Câmara Municipal de Bragança e Diputacion de Zamora, foi preparada uma declaração institucional, enviada a 9 de Dezembro de 2005 através da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora a suas Excelências o Primeiro Ministro de Portugal e o de Espanha, subscrita por quarenta e sete das principais instituições desde o Porto a Valladolid, envolvendo Câmaras Municipais, Ayuntamientos Instituições de Ensino Superior e principais Associações Empresariais, em que se exigia que o troço de IP4 entre Bragança e Quintanilha, fosse incluído no processo de estudo prévio da A4 em execução para o troço Vila – Real Bragança (este troço não tinha sido integrado nas decisões de construção da A4), e que o troço da N 122 entre Zamora e Quintanilha, só seria aceite com perfil de Autovia.

- A reivindicação por parte do Governo português foi compreendida e aceite, tendo através de ofício n.º 760 de 22 de Fevereiro de 2006, sido

comunicado ter o troço entre Bragança e a ponte de Quintanilha, sido considerado em perfil de auto-estrada, dando maior uniformidade e homogeneidade ao itinerário classificado na Rede Rodoviária Transeuropeia como E82.

- Assembleia Geral do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, reunida em Santiago de Compostela no dia 31 de Janeiro de 2006, na qual foi aprovada uma posição política a transmitir aos Primeiros Ministros de Portugal e Espanha, da qual se destaca: ...” Considerando que as principais infra-estruturas rodoviárias previstas para o Nordeste Transmontano, no Plano Rodoviário Nacional de Portugal, se encontram ainda por concretizar, no âmbito do seguimento do Mapa de Infraestruturas do Eixo Atlântico, considera-se urgente, tanto o início da construção da Auto-estrada Transmontana A4, que irá unir o Porto, Vila Real, Bragança e Zamora, como a construção do troço do IP2, entre Bragança e Puebla de Sanábria”.

- Visita de Sua Excelência o Primeiro-ministro a Bragança, a 28 de Abril de 2006, para, em sessão no Teatro Municipal, apresentar o Plano de Acessibilidades a Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo deixado o compromisso de, até ao ano de 2012, serem construídas a A4 entre Amarante e Quintanilha, o IP2 entre Vale Benfeito e Celorico e o IC5 entre Murça e Miranda do Douro, tendo assumido que a A4 entre Vila Real e Quintanilha não teria portagens.

- Por Decreto-Lei n.º 99/2006 de 6 de Junho, é criada a concessão a designar por concessão transmontana, para concepção, construção, financiamento, exploração e manutenção, sem cobrança de portagem aos utentes: A4-IP4 – Vila Real-Bragança (Quintanilha).”

Tomado conhecimento.

INAUGURAÇÃO DAS SEDES DA ASCIB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE BRAGANÇA E DA RTNT - REGIÃO DE TURISMO DO NORDESTE TRANSMONTANO

O Sr. Presidente informou, que no dia 6 de Janeiro, em cerimónia presidida pelo Senhor Secretario de Estado do Comércio e Defesa do Consumidor, foram inauguradas as obras de reabilitação do edifício na Rua Abílio Beça, n.º 92, cedido pela Câmara Municipal às duas instituições atrás referidas, com o objectivo de as dotar de instalações definitivas e condignas.

Para o efeito, a Câmara Municipal, mandou elaborar o projecto de reabilitação do edifício com o custo de (28 431,00 €), financiou parte das obras, tendo transferido para a ACISB, a verba de 150 000,00€ + IVA. A Associação dos Bombeiros Voluntários de Bragança, foi a última Instituição que ocupou o edifício. Desde a inauguração das actuais instalações (02/06/91) da referida Associação, o edifício ficou abandonado, e degradou-se bastante, estando já exclusivamente com as paredes exteriores. A sua reabilitação veio repor a elevada dignidade do edifício e é mais um contributo no âmbito da reabilitação urbana do centro histórico, que há uma década atrás estava demasiado abandonado e degradado.

O momento foi aproveitado para apresentar ao Senhor Secretário de Estado o estudo de renovação da Av. João da Cruz, Rua Guerra Junqueiro, Rua Emídio Navarro e Rua do Picadouro, salientando ser necessário apoio financeiro no âmbito do URBCOM, tendo como base uma parceria público privado (Câmara Municipal e ACISB), tal como já ocorreu no âmbito do Urbanismo Comercial em parte do Centro Histórico.

A Av. João da Cruz, faz a articulação urbana entre o centro histórico e a parte mais moderna e contemporânea da cidade e por isso se impõem obras de modernização e adequação a modos de vida mais exigentes em termos de qualidade de vida. Esta Avenida teve o seu início de construção no final da década de vinte (1926 – 1929), os trabalhos de pavimentação tiveram o seu início no ano de 1942 e conclusão a 16 de Março de 1946, tendo os trabalhos de iluminação e ajardinamento sido realizados no ano de 1956.”

Tomado conhecimento.

MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E. M. – Gerência da sociedade: Nomeação do 3.º membro do conselho de administração.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. Considerando a deliberação aprovada na sexta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 15/12/2006 quanto à aquisição da quota à SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.

2. Considerando que o contrato de compra e venda de acções nominativas, foi assinado a 28/12/2006 e que o pagamento das acções ocorrerá na primeira quinzena de Janeiro de 2007;

3. Considerando que os Estatutos da Sociedade Mercado Municipal de Bragança – E. M., referem na secção III – Conselho de Administração no n.º 1 do art.º 8.º que o Conselho de Administração é o órgão de gestão da empresa, composto por três membros, um dos quais é o Presidente

4. Considerando que os membros em funções, Eng.º António Jorge Nunes, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, designados pela Câmara Municipal não auferem qualquer remuneração pelo cargo;

5. Considerando a necessidade de nomear o 3.º membro do Conselho de Administração, por saída do membro designado pela SIMAB.

Proponho que a Câmara Municipal de Bragança delibere:

Ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proceder à nomeação do 3.º membro do Conselho de Administração, propondo para o efeito a nomeação do Dr. Gilberto José Araújo Baptista, licenciado em Organização e Gestão de Empresas, com a remuneração mensal de 250,00 €, valor ilíquido, conforme carta enviada a esta Câmara Municipal.

Após análise e discussão, foi deliberado, com os votos favoráveis dos Srs. Presidente, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Nuno Cristóvão, Dr. Maria de Fátima Fernandes e Dr.ª Isabel Maria Lopes e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, aprovar a referida proposta.

Os Srs. Vereadores que se abstiveram, justificaram a sua abstenção, dizendo que não se trata de discordar da pessoa em causa, mas tão só do método, por quanto a Autarquia já possui duas empresas, pelo que nesta fase, talvez se justificasse nomear um gestor, além de que, por coerência política relativamente à votação sobre a mesma nomeação para a Empresa Terra Fria Carnes, Lda., houve idêntica posição, isto é, abstiveram-se.

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores, que se abstiveram na votação

O Sr. Presidente informou que a Empresa “ Mercado Municipal de Bragança, E.M.” e Terra Fria Carnes, Lda.” Estão dotados de um Gestor para cada Empresa, desde a sua constituição.

ORDEM DO DIA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E GESTÃO FINANCEIRA
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2006

Presente a Acta da Reunião Ordinária em epígrafe, da qual foram previamente distribuídos exemplares a todos membros desta Câmara Municipal.

Deliberado, aprovar a referida Acta, com os votos dos Srs. Presidente, e Vereadores, Arqt.º Nuno Cristovão, Dr.ª Isabel Lopes, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves e duas abstenções dos Srs. Vereadores, Eng.º Rui Caseiro e Dr.ª Fátima Fernandes, por não terem estado presentes.

LEGISLAÇÃO

PRESENTE A SEGUINTE LEGISLAÇÃO

Lei n.º 53-A/2006, I Série, de 29 de Dezembro, da Assembleia da República, que aprova o Orçamento do Estado para 2007.

Portaria n.º 1433-B/2006, I Série, 3.º Suplemento, de 29 de Dezembro, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, que fixa o custo médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2007,

Lei n.º 53-C/2006, I Série, 4.º Suplemento, de 29 de Dezembro, da Assembleia da República, que determina a prorrogação da vigência das medidas aprovadas pela Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto, até 31 de Dezembro de 2007.

Lei n.º 53-D/2006, I Série, 4.º Suplemento, de 29 de Dezembro, da Assembleia da República, que altera a contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública.

Lei n.º 53-E/2006, I Série, 4.º Suplemento, de 29 de Dezembro, da Assembleia da República, que aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

Lei n.º 53-F/2006, I Série, 4.º Suplemento, de 29 de Dezembro, da Assembleia da República, que aprova o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.

Tomado conhecimento.

DIVISÃO FINANCEIRA

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria referente ao dia 05 de Janeiro de 2007, que apresenta os seguintes saldos:

Operações orçamentais: 785 906,44 €

Operações não orçamentais: 991 244,82 €.

Tomado conhecimento,

TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Deliberado, por unanimidade, autorizar as seguintes transferências:

Junta de Freguesia do Zoio, para conclusão das obras no Centro de Convívio de Refoios, o valor de 6 000,00 €.

Junta de Freguesia de Serapicos, para execução de obras no Centro de Convívio de Vila Boa, o valor de 4 000,00 €.

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

Deliberado, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 2 500,00 €, à Paróquia de Carrazedo/Alimonde, para apoio às obras de beneficiação do Santuário de Santo Amaro.

FUNDOS DE MANEIO

Pela Divisão Financeira, foi proposto, nos termos do ponto 2.9.10.1.11 do POCAL e conforme Sistema de Controlo Interno – Anexo II do Regulamento Interno de Fundos de Maneio, a constituição de um Fundo de Maneio, no valor de 500,00 € a cargo do Chefe de Secção de Contabilidade e um outro de 1 000,00 € a cargo da Chefe de Secção de Aprovisionamento e Património.

Deliberado, por unanimidade, aprovar a constituição dos referidos Fundos de Maneio.

PRIMEIRA MODIFICAÇÃO – PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Presente a modificação n.º 1. e 1.ª alteração ao Orçamento Ordinário Municipal, para o corrente ano, que apresenta anulações no valor de 700,00 € e reforços de igual valor.

Presente a modificação n.º 1. e 1.ª alteração ao Plano Plurianual de Investimento, para o corrente ano, que apresenta anulações no valor de 700,00 € e reforços de igual valor.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprová-las.

PARQUES DE ESTACIONAMENTO

PARQUE DE ESTACIONAMENTO N.º 1 - AV. SÁ CARNEIRO

A Divisão Financeira informa que no mês de Dezembro foi apurada a receita total líquida de 6 222,55 € com IVA incluído, que deu entrada nos cofres da Autarquia através de guia, com a entrada de 31.810 veículos. As máquinas ficaram com o valor de 2 376,65 €, nos respectivos cofres, necessários à gestão de pagamentos.

Tomado conhecimento.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO N.º 2 - PRAÇA CAMÕES

A Divisão Financeira informa que no mês de Dezembro foi apurada a receita total líquida de 2 677,00 € com IVA incluído, que deu entrada nos cofres da Autarquia através de guia, com a entrada de 10.662 veículos. As máquinas ficaram com o valor de 1 193,70 €, nos respectivos cofres, para gestão de pagamentos.

Tomado conhecimento.

PROPOSTA

AUTO DE CESSÃO DE BENS E ACORDO DE TRANSFERÊNCIA DE PATRIMÓNIO, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, IP (IGFSS,IP) PARA O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA –DECLARAÇÃO RECTIFICATIVA:

Tendo por referência o assunto supra referenciado e nos termos da deliberação de 27 de Novembro de 2006, o Sr. Presidente informa para conhecimento desta Câmara Municipal, que, foi assinada em 5 de Dezembro de 2006 uma Declaração rectificativa, referente a 2 fracções que, por lapso de escrita, se encontravam, incorrectas nos Mapas anexos ao Auto de Cessão, conforme exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

Tomado conhecimento.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

DIVISÃO DE OBRAS

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE SANTA MARIA - BRAGANÇA II - INTENÇÃO DE ADJUDICAÇÃO

Pela Divisão de Obras foi presente a seguinte informação:

“1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de análise das propostas dos concorrentes considerados aptos na fase de qualificação dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, referente ao concurso público para adjudicação da empreitada de "CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE SANTA MARIA – BRAGANÇA II", em função dos critérios de adjudicação.

Designação da Comissão de Análise das Propostas:

Deliberação de Câmara de 14/08/2006

Membros designados para integrarem a comissão:

Presidente : Vereador, Arquitecto Armando Nuno Gomes Cristóvão

Vogais efectivos: Eng.º Victor Manuel do Rosário Padrão;

Eng.º José Manuel da Silva Marques;

Eng.º Amílcar José Pires Lousada e

Eng.º António Feliz Azevedo Amaral Fernandes

Dados do Concurso:

Preço base do concurso: € 1 903 358,05

Prazo de execução: 12 (doze) meses

Data do Acto Público: 24 de Outubro de 2006

Concorrentes qualificados:

Concorrente n.º 1 JOÃO FERNANDES DA SILVA, S.A.

Concorrente n.º 2 SANTANA & C.ª, S.A.

Concorrente n.º 3 DOMINGOS CARVALHO, S.A.

Concorrente n.º 4 CHUPAS E MORRÃO, S.A.

Concorrente n.º 5 COSTA & CARVALHO, S.A.

Concorrente n.º 6 MANUEL RODRIGUES GOUVEIA, S.A.

Concorrente n.º 7 QUELHAS, CONSTRUÇÕES, S.A.

Concorrente n.º 8 LADÁRIO - Sociedade de Construções, Lda.

Concorrente n.º 10 EDIVISA - Empresa de Construções, S.A.

Concorrente n.º 12 SILVIL - Construções Silva Lopes, Lda.

Concorrente n.º 13 Consórcio de EMPREITEIROS CASAIS de António Fernandes da Silva, S.A. e CISDOURO Construções e Obras Públicas, S.A.

Concorrente n.º 14 CUNHA E BARROSO, LDA.

Concorrente n.º 15 SINCOF, LDA.

Concorrente n.º 16 RAMOS CATARINO, S.A.

Concorrente n.º 17 CONTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Concorrente n.º 18 MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA.

2. ANÁLISE E APRECIACÃO DAS PROPOSTAS

Os critérios adoptados e respectivas ponderações foram os indicados no anúncio do concurso publicado no Diário da República, III Série, número 184, de 22/09/2006 e no Programa de Concurso, a saber:

O critério de apreciação das propostas será o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto no artigo 105.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, implicando a ponderação dos seguintes factores, sendo a escala a adoptar para as pontuações de 0 a 20 valores:

- a) Preço proposto - 60%;
- b) Programa de trabalhos - 30%;
- c) Lista de preços unitários - 10%.

As classificações atribuídas na escala de 0 a 20 valores, são arredondada às centésimas.

Em caso de igualdade na classificação final, será classificada em 1.º lugar a proposta a que corresponda o mais baixo preço total.

2.1. PREÇO PROPOSTO

O preço proposto por cada concorrente é avaliado pela aplicação do preconizado no relatório 136/85 NCC do LNEC - Proc. 83/11/7330, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 60 - 50 X / X_m$$

em que:

P é a pontuação arredondada às centésimas;

X é o valor da proposta;

X_m é o valor médio das propostas e será obtido pela média aritmética de todas as propostas admitidas;

As propostas que obtenham pontuação superior a 20 valores, são classificadas com 20 valores;

As propostas que obtenham pontuação negativa, são classificadas com 0 valores;

As pontuações assim obtidas constam do mapa seguinte:

Concorrentes	Proposta de preço	Pontuação
1 – João Fernandes da Silva, S.A.	€ 1 812 189,86	16,20
2 – Santana & C.ª, S.A.	€ 1 787 691,18	16,79
3 – Domingos Carvalho, S.A.	€ 2 238 018, 98	5,90
4 – Chupas e Morrão, S.A	€ 2 148 977,25	8,06
5 – Costa & Carvalho, S.A.	€ 1 898 633,85	14,11
6 – Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.	€ 1 798 962,00	16,52
7 – Quelhas, Construções, S.A.	€ 2 310 000,00	4,16
8 – Ladário – Sociedade de Construções, Lda	€ 2 069 916,77	9,97
10 – Edivisa – Empresa de Construções, S.A	€ 2 199 976,00	6,82
12 – Silvil – Construções Silva Lopes, Lda.	€ 1 894 394,00	14,21
13 – Consórcio Empreiteiros Casais, S.A e Cisdouro Construções e Obras Públicas, S.A.	€ 2 245 988,80	5,71
14 – Cunha e Barroso, Lda.	€ 2 510 116,04	0,00
15 – Sincof, Lda.	€ 2 124 720,49	8,64
16 – Ramos Catarino, S.A.	€ 1 789 000,00	16,76
17 – Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.	€ 1 983 454,19	12,06
18 – Manuel Joaquim Caldeira, Lda.	€ 2 285 158,29	4,76
€ 2 068 574,86		

2.2. PROGRAMA DE TRABALHOS

No programa de trabalhos será avaliada a sua adequação à execução da obra posta a concurso, ponderando o plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos, bem como a sua adequação com os restantes documentos da proposta.

Pela análise do programa de trabalhos verificou-se o seguinte:

O concorrente n.º 1, JOÃO FERNANDES DA SILVA, S.A., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, com uma programação que se considera adequada à execução da obra sem nada de relevante a assinalar. O plano de mão-de-obra apresenta deficiências ao nível

de operários especializados para a execução de algumas tarefas. O plano de equipamentos apresentado considera-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 14 valores.

O concorrente n.º 2, SANTANA & C.^ª, S.A., não apresenta totalmente o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, não tendo considerado todos os sub-capítulos da empreitada. A programação apresentada tem pequenas situações a rever, em caso de adjudicação da obra, embora se possa considerar adequada à execução da obra. O plano de mão-de-obra apresenta divergências relativamente ao plano de trabalhos apresentado, não coincidindo a carga horária de mão-de-obra especializada com a programação proposta para os respectivos trabalhos. O plano de equipamentos apresentado considera-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 13 valores.

O concorrente n.º 3, DOMINGOS CARVALHO, S.A., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso com uma programação que não se considera adequada à execução da obra. O plano de mão-de-obra apresenta deficiências ao nível de operários especializados para a execução de algumas tarefas. O plano de equipamentos apresentado considera-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 5 valores.

O concorrente n.º 4, CHUPAS E MORRÃO, S.A., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, com uma programação aceitável para a execução da obra. Os meios apresentados consideram-se suficientes para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 10 valores.

O concorrente n.º 5, COSTA & CARVALHO, S.A., apresenta o programa de trabalhos numa folha A4, nas condições requeridas no programa de concurso, com uma programação que não se considera adequada à execução da obra. Os planos de mão-de-obra e de equipamentos apresentados são genéricos não coincidindo com o programa de trabalhos. Foi-lhe atribuída a classificação de 5 valores.

O concorrente n.º 6, MANUEL RODRIGUES GOUVEIA, S.A., não apresenta totalmente o programa de trabalhos nas condições requeridas no

programa de concurso, não tendo considerado todos os sub-capítulos da empreitada. A programação apresentada tem algumas situações a rever, em caso de adjudicação da obra, sendo muito genérica. O plano de mão-de-obra apresenta deficiências ao nível de operários especializados para a execução de algumas tarefas. O plano de equipamentos apresentado é genérico considerando-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 11 valores.

O concorrente n.º 7, QUELHAS, CONSTRUÇÕES, S.A., apresenta o programa de trabalhos numa só folha de leitura difícil. Os planos apresentados não se consideram correctos, sendo genéricos e sem o mínimo de programação. Foi-lhe atribuída a classificação de 3 valores.

O concorrente n.º 8, LADÁRIO - Sociedade de Construções, Lda., não apresenta totalmente o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, não tendo considerado todos os sub-capítulos da empreitada. A programação apresentada tem situações a rever, em caso de adjudicação da obra, considerando-se aceitável para a execução da obra. O plano de mão-de-obra apresenta divergências relativamente ao plano de trabalhos apresentado, não coincidindo a carga horária de mão-de-obra especializada com a programação proposta para os respectivos trabalhos. O plano de equipamentos apresentado considera-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 10 valores.

O concorrente n.º 10, EDIVISA - Empresa de Construções, S.A., apresenta um programa de trabalhos com um detalhe superior ao solicitado. A programação proposta considera-se adequada para a execução da obra embora apresente pouco detalhe na execução das especialidades. Os meios apresentados consideram-se suficientes para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 15 valores.

O concorrente n.º 12, SILVIL - Construções Silva Lopes, Lda., não apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso. A programação proposta e os meios apresentados consideram-se aceitáveis para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 8 valores.

O concorrente n.º 13, Consórcio de EMPREITEIROS CASAIS de António

Fernandes da Silva, S.A. e CISDOURO Construções e Obras Públicas, S.A., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso com uma programação que não se considera adequada à execução da obra. Os meios apresentados consideram-se suficientes para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 7 valores.

O concorrente n.º 14, CUNHA E BARROSO, LDA., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso. A programação proposta considera-se viável para a execução da obra, embora não seja a mais adequada. Os meios apresentados não se consideram suficientes para cumprir o plano de trabalhos proposto. Foi-lhe atribuída a classificação de 8 valores.

O concorrente n.º 15, SINCOF, LDA., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, mas com meses de 4 semanas. A programação proposta não se considera adequada à execução da obra. Os meios apresentados não se consideram suficientes para a execução da obra e a sua utilização não coincide com a programação proposta. Foi-lhe atribuída a classificação de 5 valores.

O concorrente n.º 16, RAMOS CATARINO, S.A., não apresenta totalmente o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, não tendo considerado todos os sub-capítulos da empreitada. A programação apresentada tem situações a rever, em caso de adjudicação da obra, apresentando duração de actividades que não se consideram realistas. O plano de mão-de-obra apresenta deficiências ao nível de operários especializados para a execução de algumas tarefas e divergências relativamente ao plano de trabalhos apresentado, não coincidindo a carga horária de mão-de-obra especializada com a programação proposta para os respectivos trabalhos. O plano de equipamentos apresentado considera-se aceitável para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a classificação de 13 valores.

O concorrente n.º 17, CONTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., apresenta um programa de trabalhos com um detalhe superior ao solicitado, não indicando, no entanto, todos os sub-capítulos da obra. A programação proposta considera-se adequada para a execução da obra. Os meios apresentados consideram-se suficientes para a execução da obra. Foi-lhe atribuída a

classificação de 15 valores.

O concorrente n.º 18, MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA., apresenta o programa de trabalhos nas condições requeridas no programa de concurso, com uma programação que não se considera adequada à execução da obra. Os planos de mão-de-obra e de equipamentos apresentados são genéricos, com deficiências a nível de operários especializados para a execução de algumas tarefas. Foi-lhe atribuída a classificação de 5 valores.

2.3. LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

A lista de preços unitários (LPU) será avaliada em função do grau de correspondência com a LPU do projecto relativamente às quantidades, preços e cálculos, pela forma seguinte::

1. À correspondência total com a LPU do projecto será atribuída a classificação de 20 valores;

2. Para erros, em valor absoluto, iguais ou superiores a 2% do valor da respectiva proposta, será atribuída a classificação de 0 valores;

3. Para erros, em valor absoluto, inferiores a 2% do valor da respectiva proposta, será atribuída a classificação correspondente ao ponto da recta definida pelos pontos referidos em 1. e 2.;

4. O texto de cada item da LPU é considerado para todos os efeitos como igual ao do item correspondente do projecto posto a concurso.

Para efeitos de classificação a lista de preços unitários considerada, foi a apresentada pelos concorrentes em papel, integrando as suas propostas.

Quando foram indicados preços unitários de valor negativo, considerou-se o seu valor absoluto.

Não foram considerados os artigos excluídos desta empreitada.

As pontuações assim obtidas constam do mapa seguinte:

Concorrentes	Proposta de preços	Somatório da LPU	Diferença	% (V.Abs)	Pontuação
1-João Fernandes da Silva, S.A	€ 1 812 189,86	€ 1 812 189,86	€ 0.00	0.00%	20.00
2-Santana & C.ª, S.A	€ 1 787 691,18	€ 1 787 691,18	€ 0.00	0.00%	20.00
3-Domingos Carvalho, S.A	€ 2 238 018,98	€ 2 238 018,98	€ 0.00	0.00%	20.00
4-Chupas e Morrão	€ 2 148 977,25	€ 2 163 070,84	€ 14 093,59	0.66%	13.40
5-Costa & Carvalho, S.A	€ 1 898 633,85	€ 1 898 633,86	€ 0.01	0.00%	20.00
6-Manuel Rodri. Gouveia, S.A	€ 1 798 962,00	€ 2 109 359,72	€ 310 397,72	12,25%	0.00
7-Quelhas, Construções, S.A	€ 2 310 000,00	€ 2 310 000,02	€ 0.02	0.00%	20.00
8-Ladário-Sociedade de Const, Lda	€ 2 069 916,77	€ 2 069 970,77	€ 54.00	0.00%	20.00

10-Edivisa-Empresa de Const, S.A	€ 2 199 976,00	€ 2 199 976,85	€ 0.85	0.00%	20.00
12-Silvil-Const. Silva Lopes, Lda	€ 1 894 394,00	€ 1 889 152,71	-€5 241,29	0.28%	17.20
13-Consórcio: Empreiteiros Casais S.A/Cisdouro Const.Obras Púb,S.A	€ 2 245 988,80	€ 2 245 988,81	€ 0.01	0.00%	20.00
14-Cunha e Barroso, Lda	€ 2 510 116,04	€ 2 503 459,42	-€6 656,62	0.27%	17,30
15-Sincof, Lda	€ 2 124 720,49	€ 2 124 903,65	€ 183,16	0.01%	19.90
16-Ramos Catarino, S.A	€ 1 789 000,00	€ 1 790 347,88	€1 347,88	0.08%	19.20
17-Const. Gabriel AS. Couto, S.A	€ 1 983 454,19	€ 1 983 454,19	€ 0.00	0.00%	20.00
18-Manuel Joaq. Caldeira,Lda.	€ 2 285 158,29	€ 2 285 302,57	€ 144,28	0.01%	19.90

3. CONCLUSÕES

Com base nos critérios atrás descritos e nas classificações atribuídas por esta comissão de análise das propostas, foram elaborados os mapas em anexo, com o seu resumo relativamente a cada um dos critérios de avaliação, donde resultou a classificação final dos concorrentes.

As propostas apresentadas pelos concorrentes ficam assim ordenados para efeitos de adjudicação:

PROPOSTA	PONTUAÇÃO
1.º SANTANA & C. ^a , S.A..	15.97 valores
2.º JOÃO FERNANDES DA SILVA, S.A.	15.92 valores
3.º RAMOS CATARINO, S.A.	15.88 valores
4.º CONTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.	13.74 valores
5.º MANUEL RODRIGUES GOUVEIA, S.A.	13.21 valores
6.º SILVIL - Construções Silva Lopes, Lda.	12.65 valores
7.º COSTA & CARVALHO, S.A.	11.97 valores
8.º LADÁRIO - Sociedade de Construções, Lda.	10.98 valores
9.º EDIVISA – Empresa de Construções, S.A.	10.59 valores
10.º CHUPAS E MORRÃO, S.A.	9.18 valores
11.º SINCOF, LDA.	8.67 valores
12.º Consórcio de EMPREITEIROS CASAIS de António Fernandes da Silva, S.A. e CISDOURO Construções e Obras Públicas, S.A.	7.53 valores
13.º DOMINGOS CARVALHO, S.A.	7.04 valores
14.º MANUEL JOAQUIM CALDEIRA, LDA.	6.35 valores
15.º QUELHAS, CONSTRUÇÕES, S.A.	5.40 valores
16.º CUNHA E BARROSO, LDA.	3.13 valores

A proposta com melhor classificação (15.97 valores), nos termos do ponto 2 deste relatório, para efeitos de adjudicação, é a proposta apresentada pelo concorrente n.º 2, SANTANA & C.ª, S.A., cujo valor é de € 1 787 691,18, com exclusão do IVA, que acresce à taxa legal de 5%, com o prazo de execução de 12 meses.

4. AUDIÊNCIA PRÉVIA

Nos termos do disposto no artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, deve-se proceder à audiência prévia escrita dos concorrentes.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, manifestar a intenção de adjudicar a referida empreitada à empresa, Santana e Companhia S.A., pelo valor de 1 787 691,18 €, com a exclusão do IVA, de acordo com a informação da Divisão de Obras.

PAVIMENTAÇÃO A CUBOS DE GRANITO EM ZOIO, ALIMONDE, CASTRELOS, PORTELA, GONDESENDE, LAGOMAR, OLEIROS, ESPINHOSELA, TERROSO, PORTELO, VILA NOVA, SOUTELO, COVA DE LUA, VILARINHO, PARÂMIO, FONTES, MAÇAS, ZEIVE E CARRAGOSA - RECEPÇÃO PROVISÓRIA

Pela Divisão de Obras foi presente a seguinte informação:

“Foi feita uma nova vistoria à obra supra mencionado em 2006/08/03 no seguimento do auto de vistoria, em conjunto com os representantes da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º Vítor Padrão, Eng.º Vítor Veloso e o fiscal de Obras David de Jesus e o representante do empreiteiro o Eng.º Bruno Miranda, onde se verificou que os trabalhos da referida empreitada estão de acordo com o projecto e informação de 2006/01/27 aprovada pelo Presidente da Câmara em 2006/06/20 e que nos parece estar em condições de ser recebida, desta forma, propõe-se a aprovação da recepção provisória e da conta final, resumindo-se.

Valor dos trabalhos executados – 346 150,00 €

Valor da adjudicação – 346 150,00 €

Valor da revisão de preços – 7 214,58 €.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Obras.

EXECUÇÃO DE CALÇADA A CUBOS DE GRANITO - GRUPO SUL - RECEPÇÃO DEFINITIVA

Pela Divisão de Obras foi presente a seguinte informação:

“À obra supra-mencionada adjudicada à empresa, Construções Cívicas Cisdouro, Lda. que compreendeu as pavimentações nas aldeias de: Coelhoso, Faílde, Freixedelo, Grijó de Parada, Izeda, Macedo do Mato, Mós, Paredes, Nogueira, Parada, Pinela, Rebordãos, Rossas, Salsas, S. Pedro, Fermentãos, Serapicos e Sortes, com recepção provisória de 08/07/1999, foi feita vistoria em conjunto com os representantes da Câmara Municipal de Bragança, Eng.ºs José Marques, Vítor Veloso e o Fiscal João Rodrigues e pelo empreiteiro o Eng.º Artur Silva, em que se verificou que a obra, está de acordo com o projecto e que nos parece estar em condições de ser recebida definitivamente, assim, propõe-se a aprovação da recepção definitiva.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Obras.

DESPACHOS PARA CONHECIMENTO

COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS

O Sr. Presidente deu conhecimento que proferiu ao abrigo da alínea h) do n.º.1 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, despachos de autorização de pagamento de despesa referentes aos autos de medição de trabalhos da seguinte empreitada:

EXECUÇÃO DE REDES E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS ALDEIAS DE: SOUTELO, GONDESENDE, ESPINHOSELA, TERROSO E PARÂMIO – EXECUÇÃO DE REDES DE SANEAMENTO BÁSICO EM SOUTELO E ESPINHOSELA: Auto de medição n.º 11, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 21 530,72 € + IVA, adjudicada à empresa Elias Santos Pinto, Filho Lda., pelo valor de 344 790,91 € + IVA.

O valor dos trabalhos facturado acumulado é de 277 987,10 € + IVA.

Despacho de 12/12/2006: “Autorizado o pagamento, conforme a informação. Conhecimento para reunião de Câmara”

Pelo Sr. Vereador Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, substituto legal do Sr. Presidente, foi proferido ao abrigo da alínea h) do n.º.1 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

REMODELAÇÃO DA AVENIDA CIDADE DE ZAMORA E AVENIDA DO SABOR. Auto de medição n.º 8, referente à empreitada acima mencionada, no valor de 14 365,75 € + IVA, adjudicada ao consórcio Cisdouro, Construções e Obras Públicas, S.A. / E.T.E. Empresa de Telecomunicações e Electricidade, Lda., pelo valor de 917 916,81 € + IVA.

O valor dos trabalhos facturado acumulado é 292 525,87 € + IVA.

Despacho de 21/12/2006: - “Autorizado o pagamento, conforme a informação. Conhecimento para reunião de Câmara”.

Tomado conhecimento.

EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS

TRABALHOS RELATIVOS ÀS ALTERAÇÕES PARA MAIS E PARA MENOS CONCURSO PÚBLICO PARA PAVIMENTAÇÃO/REPAVIMENTAÇÃO DO ACESSO AO SANTUÁRIO DA SENHORA DA VEIGA; E.M. 518 DO CAMPO REDONDO A GOSTEI E DE GOSTEI A FORMIL; RAMAL DESDE A E. M. 518 A CASTANHEIRA; ACESSO AO PONTÃO DO FUNDO DA VEIGA; E. M. 521 DA E.N. 217 ATÉ AO LIMITE DO PERÍMETRO URBANO DE S. PEDRO DA SAÍDA PARA ALFAIÃO; E.M. 526 DE E.N. 15 A REBORDÃOS; E. M. DA E. N. 15 A POMBARES.

O Município de Bragança lançou a concurso a empreitada supra mencionada, projectada em parte pelo Gabinete de Apoio Técnico de Bragança” que elaborou os respectivos projectos de especialidades, com um desfasamento temporal entre a entrega do projecto e o concurso público, com uma base de levantamento que entretanto foi alterada e modificada devido a várias intervenções no local, nomeadamente com implantação de infraestruturas nas áreas de intervenção da estrada do Campo Redondo – Gostei - Formil e em algumas zonas ser aconselhável a alteração para mais do número de camadas de betuminoso e da base, devido a um elevado grau de degradação da sub - base do piso existente em consequência das humidades freáticas, nos ramais de ligação da Sra. da Veiga, Rebordãos, Campo Redondo – Gostei – Formil, implicando desta forma a alterações das quantidades de trabalhos previstos com os que realmente foram necessários executar.

Estando a empreitada na fase final de conclusão dos trabalhos, havendo alguns pendentes, os quais serão necessários para a finalização da obra e não

podendo ser separáveis da empreitada com inconveniente grave de alterar a finalidade e objectivo da empreitada, estimou-se as quantidades dos trabalhos de acordo com a avaliação das quantidades superiores e inferiores ao previsto que se anexa.

Estas alterações ocorreram devido a maior área de intervenção e aumento de suporte de carga do pavimento com mais camadas, como: Limpeza do pavimento, granulometria extensa, betuminoso nos pavimentos, valetas em betão e drenagens, por estes factos seriam necessários executar quantidades superiores aos previstos num valor estimado de 81.226,06€ que representa 8,9% do valor contratual e da mesma forma noutros artigos atingiram quantidades inferiores ao previsto num valor estimado de 179 754,67 €

Assim, pelo o exposto, propõe – se a aprovação dos trabalhos com quantidades superiores e inferiores aos previstos inicialmente, compensados financeiramente entre eles, constantes da lista anexa, prevendo-se um saldo positivo de 98 528,60 €.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar, de acordo com a informação da Divisão de Obras.

DIVISÃO DE URBANISMO

VIABILIDADES

ANTÓNIO MANUEL GRALHÓS

Apresentou requerimento em 16/10/06, a solicitar pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma moradia, a levar a efeito na aldeia de Carçãozinho, com o processo n.º 27/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“ Foi manifestada a intenção de indeferir por deliberação em R.C. de 06/08/14, em 05/08/03 e de acordo com o artigo 101 do C.P.A., foram informados de que dispunham do prazo de 10 dias úteis, para por escrito se pronunciarem sobre o assunto, prazo que culminou no dia 06/09/15, sem que se pronunciassem.

Em 06/10/16 deu entrada uma exposição por parte do requerente fora do prazo estabelecido verificando-se que não tem fundamento para poder alterar a deliberação tomada em R.C. de manifestar a intenção de indeferir.

Assim, propõe-se que seja indeferido em definitivo”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, indeferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES MARTINS

Apresentou requerimento em 10/10/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de legalização/ampliação de uma garagem, sita no Rua Costa Ribeiro, no Bairro da Mãe de Água, em Bragança, com o processo n.º 118/79.1, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“ Trata-se de um projecto para legalização/ampliação de uma garagem localizada no Bairro da Mãe de Água, em “Zona de Habitação Consolidada” da cidade.

O projecto apresentado compreende a legalização de uma construção destinada a garagem, anexa à habitação, e a sua ampliação para mais um piso destinado a arrumos.

Após nos deslocarmos ao local a fim de verificar a inserção da construção existente/proposta na envolvente edificada, somos de parecer que a ampliação proposta urbanisticamente não vai contribuir para a dignificação e valorização estética do conjunto edificado, que já por si é caracterizado por uma malha urbana compacta e urbanisticamente desalinhada.

A construção existente da garagem, é passível de ser licenciada, no entanto a ampliação proposta não contribui para a dignificação e valorização estética do conjunto edificado visto que, a permitir a construção, iria contribuir para o desalinhamento urbano e comprometer, pela sua aparência e proporção, ainda mais, a envolvente edificada.

Assim, e com base no art.º 121.º do R.G.E.U., propõe-se manifestar intenção de indeferir a pretensão”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, manifestar a intenção de indeferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

Mais foi deliberado, por unanimidade, informar o requerente, que de acordo com o art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, lhe é dado o prazo de 10 dias úteis, a contar da data da notificação, para por escrito, se pronunciar sobre o que se oferecer,

BERNARDO DA RESSURREIÇÃO POÇAS

Apresentou requerimento em 14/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de reconstrução, de uma moradia, sita na Av. das Cantarias, n.º 58A, em Bragança, com o processo n.º 271/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“O projecto apresentado para licenciamento refere-se à demolição e reconstrução de uma moradia unifamiliar legalizada em 1976, situada na Av. das Cantarias.

Cumpre o R.G.E.U. e o P.D.M..

Satisfaz esteticamente.

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

VIABILIDADES

LICÍNIO FERNANDO RODRIGUES

Apresentou requerimento em 13/12/06, a solicitar pedido de informação prévia sobre a viabilidade de construção de uma moradia, a levar a efeito na Estrada de Donai, junto a Auto Rujo, em Bragança, com o processo n.º 11/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“Trata-se de um pedido de informação prévia da viabilidade de construção de uma moradia composta de dois pisos e anexo, em terreno situado em espaço agrícola mas fora das áreas classificadas de R.E.N. e R.A.N.

Como apresenta certidão das Finanças onde se verifica que possui a área mínima de terreno com aptidão hortícola, conforme especifica o quadro 6 do regulamento do P.D.M., pode viabilizar-se a construção da moradia, devendo apresentar projecto para apreciação e posterior licenciamento, de acordo com outras especificações do quadro atrás referido, assim como de outra legislação em vigor.

Propõe-se a aprovação da pretensão do requerente, devendo posteriormente responsabilizar-se por todas as infraestruturas necessárias”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, retirar, para melhor análise, a fim de solicitar à DRATM e Direcção de Finanças, informação

relativamente ao uso dos solos.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES RADIOMÓVEL - TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Apresentou requerimento em 12/12/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de instalação de uma estação de radiocomunicações, a levar a efeito na Rua de S. Bartolomeu, em Bragança, com o processo 191/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“Trata-se de um projecto de instalação de uma estação de radiocomunicações no Monte de S. Bartolomeu – Bragança.

Foi pedido parecer à Direcção Regional do Ambiente de Mirandela em 15/9/06, mas como até à presente data não foi emitido qualquer parecer e tendo sido ultrapassado o prazo estabelecido por lei, a pedido do requerente, deve considerar-se haver concordância daquela entidade, pelo que o projecto pode seguir os seus trâmites normais.

Possui contrato de arrendamento para a instalação do equipamento.

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, retirar, para melhor análise.

EMILIO BATISTA FERNANDES

Apresentou em 11/12/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de substituição da cobertura, de um armazém agrícola, sito na aldeia da Sarzeda, com o processo n.º 268/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“ O projecto apresentado para licenciamento refere-se à substituição de um armazém agrícola em zona antiga da Sarzeda. Sem alterar a sua configuração pretende-se passar a estrutura de madeira para estrutura metálica.

Cumpram o R.G.E.U. e o P.D.M..

Satisfaz esteticamente.

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

JOSÉ DOS INOCENTES GONÇALVES

Apresentou requerimento em 27/09/06, a solicitar que lhe seja aprovado o

projecto de recuperação de um edifício destinado a Turismo no Espaço Rural, sito na aldeia de Mós, com o processo 222/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“O projecto apresentado para licenciamento refere-se à recuperação de um edifício destinado a um empreendimento de Turismo no Espaço Rural na modalidade de Casa de Campo, situado em zona antiga de Mós.

Cumpra o R.G.E.U. e o P.D.M.

Possui pareceres favoráveis da Direcção Regional da Economia do Norte, do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica e da Região de Turismo do Nordeste Transmontano.

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo,

JOSÉ MANUEL CORREIA DOS SANTOS FERREIRA DE CASTRO

Apresentou requerimento em 21/12/06, a solicitar que lhe seja aprovado aditamento ao projecto de construção de uma moradia, sita na Rua de Santo Condestável n.º 2, em Bragança, com o processo n.º 87/02, acompanhado, do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“ O projecto apresentado para licenciamento refere-se a um aditamento de alterações interiores, executadas durante o decorrer da obra de remodelação de uma habitação unifamiliar, situada na zona Histórica da cidade, devidamente licenciada, assim como a supressão de um envidraçado no 1º andar.

Não se vê qualquer inconveniente nas alterações efectuadas.

Propõe-se a sua aprovação, devendo informar-se o requerente que pelo menos uma casa de banho deve possuir uma banheira de modo a dar cumprimento ao n.º 3 do art.º 68º do R.G.E.U.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

FRANCISCO ANTÓNIO MARTINS

Apresentou requerimento em 13/10/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de reconstrução de um armazém agrícola, destinado a recolha de alfaías agrícolas, sito na aldeia de Rebordainhos, com o processo n.º 233/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se

transcreve:

“O projecto apresentado para licenciamento refere-se à reconstrução de um armazém destinado a recolha de alfaías agrícolas, situado em zona antiga de Rebordainhos.

Cumpre o R.G.E.U. e o P.D.M..

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

DESPACHOS PARA CONHECIMENTO

PELO SENHOR VICE-PRESIDENTE FORAM PROFERIDOS OS SEGUINTE DESPACHOS

JOÃO PEDRO PIRES, apresentou requerimento em 29/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de reconstrução de um edifício para arrumos, sita na aldeia de Fontes Barrosas, com o processo n.º 283/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

CREMINDA DO CÉU XAVIER RODRIGUES, apresentou requerimento em 13/12/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de reconstrução de um edifício de habitação unifamiliar, sito na aldeia de Macedo do Mato, com o processo n.º 275/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

PURIFICAÇÃO AGOSTINHA PEREIRA, apresentou requerimento em 14/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de reconstrução de um edifício de habitação unifamiliar, sito na aldeia de Failde, com o processo n.º 229/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

LUÍS MANUEL VINHAS, apresentou requerimento em 31/08/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de demolição e reconstrução de um edifício de habitação unifamiliar, sito na aldeia de Rio Frio, com o processo n.º 206/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

MANUEL ANTÓNIO PIRES, apresentou requerimento em 15/09/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de remodelação de um edifício de

habitação unifamiliar, sito na aldeia de Rabal, com o processo n.º 217/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

OTÍLIA MARIA PEREIRA, apresentou requerimento em 30/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de construção de uma moradia, a levar a efeito na aldeia de Vale de Lamas, com o processo n.º 259/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

MARIA NATÁLIA PIRES, apresentou requerimento em 15/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de remodelação e reconstrução de um edifício de habitação unifamiliar, sito na aldeia de Baçal, com o processo n.º 127/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

FRANCISCO ALVES FERREIRA, apresentou requerimento em 17/11/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de construção de uma moradia, a levar a efeito na aldeia de Parada, com o processo n.º 169/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

ANTÓNIO DO NASCIMENTO FERNANDES, apresentou requerimento em 12/12/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de construção de uma moradia, a levar a efeito na aldeia de Sacoias, com o processo n.º 243/06, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

FRANCISCO ANTÓNIO PIRES, apresentou requerimento em 18/10/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de construção de um anexo, a levar a efeito na Urbanização das Cantarias, lote n.º 32, em Bragança, com o processo n.º 126/98, que mereceu parecer desfavorável da D.U.

Despacho:” Indeferido de acordo com a informação”.

JOSÉ MANUEL ALVES, apresentou requerimento em 03/10/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de legalização de um anexo, sito na Rua Abade de Cicouro n.º 9, em Bragança, com o processo n.º 282/06, que mereceu parecer desfavorável da D.U.

Despacho:” Indeferido de acordo com a informação”.

BERNARDINO AUGUSTO AFONSO, apresentou requerimento em 18/10/06, a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de adaptação do rés-do-chão, a habitação e construção de um anexo, a levar a efeito na Rua Arqt.º Mesquita de Lima n.º 14, em Bragança, com o processo n.º 218/83, que mereceu parecer favorável da D.U.

Despacho:” Deferido de acordo com a informação”.

Tomado conhecimento.

LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

JOSÉ PEREIRA PIRES

Apresentou requerimento em 29/12/06, a solicitar pedido de novo licenciamento, para a legalização e conclusão de um armazém agrícola, sito na aldeia de Conlelas, com o processo n.º 145/05, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“ Trata-se de um pedido de uma nova licença para um projecto, aprovado em Reunião de Câmara de 27/06/2005, para legalização /conclusão de um armazém para recolha de alfaías e produtos agrícolas localizado, de acordo com o assinalado na planta de ordenamento do P.D.M., em “Zona de Expansão por Colmatação” da aldeia de Conlelas.

O requerente solicita nova licença, em virtude de não ter concluído as obras dentro do prazo fixado na licença.

Após apresentados os elementos necessários actualizados e procedendo-se novamente a análise do processo, o projecto cumpre o disposto no regulamento do P.D.M. e no R.G.E.U..

Assim, propõe-se aprovar a pretensão”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

ASSUNTO URGENTE DE DELIBERAÇÃO IMEDIATA

Por se verificar a urgência de deliberação imediata, foi deliberado, por unanimidade, e em cumprimento do estabelecido no art.º 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, incluir nesta reunião o seguinte assunto:

CENTRO SOCIAL DE SANTA CLARA

Apresentou requerimento a solicitar que lhe seja aprovado o projecto de

construção de uma creche, a levar a efeito no Bairro de São João de Brito, em Bragança, com o processo n.º 291/06, acompanhado do parecer emitido pela Divisão de Urbanismo que a seguir se transcreve:

“O projecto apresentado para licenciamento refere-se à construção de uma Creche junto ao Centro Social Santa Clara, situado no Bairro S. João de Brito – Bragança.

Cumpra o R.G.E.U. e o P.D.M.

Possui pareceres favoráveis do S.N.B.P.C. e da Delegação de Saúde

Satisfaz esteticamente.

Propõe-se a sua aprovação”.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, deferir, de acordo com a informação da Divisão de Urbanismo.

Lida a presente Acta em reunião realizada no dia 22 de Janeiro de 2007, foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs. 2 e 4 do Art.º 92.º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e pela Directora de Departamento da Administração Geral e Gestão Financeira.
